

EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO DE TODOS: PERSPECTIVAS BIBLIOGRÁFICAS

Geisa Aparecida Martins Bizarria¹

Virgínia Mara da Cunha²

Suzana Lopes Salgado Ribeiro³

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir, a luz das proposições de Maria Teresa Eglér Mantoan, sobre questões relativas à inclusão escolar, especialmente de alunos com deficiência, em contexto escolar. Optou-se, para tanto, o estudo sobre a importância de se repensar o sistema educacional, tornando-o oportuno à aprendizagem de todos os alunos. Uma apreciação teórica, crítica e bibliográfica culminou na apresentação de considerações sobre a relevância de práticas de ensino inclusivas que favoreçam a interação social, respeitem as diferenças e valorizem as características humanas, também de alunos com deficiência, na vivência escolar. Concluindo-se que a escola inclusiva não é apenas um local que recebe a todos, mas um ambiente que favorece a convivência, o aprendizado, o desenvolvimento das potencialidades intelectuais, sociais e humanas de todos e cada um. Portanto, faz-se eminente a necessidade de revitalização da atual estrutura de ensino para torná-la acessível e qualificada para articular o processo de ensino aprendizagem de modo democrático, coerente e inclusivo, portanto repleto de significados para todos os alunos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Educação Inclusiva, Deficiência, Diversidade, Mantoan.

SCHOOL EDUCATION AS A RIGHT OF EVERYONE: BIBLIOGRAPHICAL PERSPECTIVES

ABSTRACT

This article aims to reflect, in the light of the proposals of Maria Teresa Eglér Mantoan, on issues related to school inclusion, especially of students with disabilities, in a school context. Therefore, the study on the importance of rethinking the educational system was made opportune to the learning of all the students. A theoretical, critical and bibliographical evaluation culminated in the presentation of considerations about the relevance of inclusive teaching practices that favor social interaction, respect the differences and value the human characteristics, also of students with disabilities, in the school experience. Concluding that inclusive school is not only a place that welcomes all

¹ Mestranda em Educação (Unitau)

² Professora do Mestrado em Educação (Unitau)

³ Professora do Mestrado em Educação (Unitau)

but an environment that favors coexistence, learning, and the development of the intellectual, social and human potential of each and every one. Therefore, the need to revitalize the current teaching structure to make it accessible and qualified to articulate the process of teaching learning in a democratic, coherent and inclusive way, therefore full of meanings for all students, is imminent.

Key words: School Inclusion, Inclusive Education, Disability, Diversity, Mantoan.

1 INTRODUÇÃO

Inicia-se este artigo com a afirmação de que a educação inclusiva, mais do que discurso ou exigência legal, é preocupação cotidiana no fazer de educadores e educadoras que pensam no aprendizado como valor e direito de crianças, adolescentes jovens e adultos de nosso país. Tendo isso em mente, ressalta-se a atenção às dificuldades que vivenciadas na realidade escolar muitas vezes fazem com que esta educação democrática e verdadeiramente inclusiva aconteça. Os fatores são muitos e graves. Sobre eles há a escrita de vários trabalhos - acadêmicos ou não - que apontam os limites da inclusão em uma sociedade excludente.

A proposta deste artigo, entretanto, pondera-se sobre as possibilidades da revitalização do espaço escolar e das relações nele estabelecidas e sobre a crença e o fazer em busca de uma convivência escolar inclusiva para os estudantes com deficiência. É nesse sentido que a obra de autores como Mantoan se destaca e passa a ser relevante na análise apresentada, vista a defesa da educação escolar como direito de todos.

2 MANTOAN E A NECESSIDADE DA REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA REGULAR

Gosto e sempre gostei do que faço. Minha carreira é fruto do meu encanto pela educação. Considero-a uma expressão de amor verdadeiro pelo outro, pois educar é empenhar-se por fazer o outro crescer, desenvolver-se, evoluir. (MANTOAN, 2003, p.7)

Maria Teresa Eglér Mantoan é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. Oficial da Ordem Nacional do Mérito

Educacional no Grau de Cavaleiro em reconhecimento a sua contribuição à Educação no Brasil.

Minha vida de professora começou cedo — aos 17 anos — e já faz um bom tempo! Passei por inúmeras experiências escolares. Dei aulas para crianças, jovens, adultos, em escolas regulares e especiais. Hoje, estou no ensino universitário, como docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). (MANTOAN, 2003, p.7)

Desenvolve pesquisas em relação à docência e extensão, ao direito incondicional de todos os alunos à educação escolar de nível básico e superior de ensino. “Estou convicta de que, na maioria das vezes, remo contra a maré educacional. Mas já estou habituada, pois faz tempo que ensino. E do meu jeito!” (MANTOAN, 2003, p.9)

Em suas obras busca enfatizar a necessidade da garantia da qualidade do ensino, na escola regular, a todos os alunos. Defende a inclusão escolar, a respeito à valorização da diversidade humana e direito do acesso à educação a todos, indistintamente, reprimendo qualquer forma de exclusão ou preconceito que possam coexistir em âmbito escolar. “Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas.” (MANTOAN, 2003, p.9)

Admite que, na escola ainda persistem práticas de exclusão, de resistência à aceitação das diferenças, de indisponibilidade para adequação de posturas e práticas pedagógicas que já demonstram sinais visíveis de esgotamento, revelando-se ineficazes e hostis.

Acredita que a necessidade de mudança é prudente, necessária, urgente e propõe que a escola é quem deve se transformar, se reorganizar para atender a todos os alunos com qualidade, compreensão, oportunizando a eles condições reais de aprendizado que enriqueçam seus conhecimentos intelectuais, sociais e humanos.

É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. (MANTOAN, 2003, p.8)

Mantoan (2003) valoriza a escola com espaço de convivência, de troca de saberes, de interação humana, no qual os conhecimentos acadêmicos e científicos devem ser

oportunizados, não através da imposição, mas por meio de práticas de ensino alicerçadas nos valores humanos, na ética e no compromisso com a aprendizagem.

Para ela “A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade [...], o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas.” (MANTOAN, 2003, p.9)

Considera que as inquietações, as dúvidas, os anseios que surgem no dia a dia da sala de aula, principalmente em relação à inclusão escolar, precisam ser avaliados, pensados e repensados com atenção e seriedade. Ocultá-los, ou deixá-los de lado, não traz acréscimos, nem impulsiona mudanças ou novas oportunidades de conhecimento.

“Falo “da escola e não “sobre” a escola, e, assim sendo, sou bastante segura ao denunciar o velho e ao sugerir a sua revitalização.” (MANTOAN, 2003, p.33). Por exercer a prática docente, suas abordagens em relação ao cotidiano escolar são coerentes e significativas, porque visualiza a escola de dentro para fora, na inquietação de contribuir para sua otimização e transformação.

Penso que sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões... (MANTOAN, 2003, p.7)

Como pode ser lido no trecho acima, seu grande anseio é contribuir a mudança da realidade escolar, por meio da alteração de práticas motivadas pela paixão de ultrapassar obstáculos. Estes obstáculos, muitas vezes, significam a superação de barreiras excludentes e possibilidades de organização de práticas que permitam o acesso e permanência (com qualidade) a todos os estudantes e para a inclusão se estabeleça nos pilares da compreensão, do diálogo, no reconhecimento das diferenças e aconteça no fértil terreno da diversidade e nos ricos saberes que ela possibilita.

3 METODOLOGIA

O texto deste artigo é um levantamento de literatura de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em educação do Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

No trabalho original foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e utilizados, como instrumentos para a coleta de dados, entrevistas de história oral temática e roteiro de observação. Entretanto, no recorte proposto para esse artigo, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica. Isso porque, de acordo com Severino (2007), nesse tipo de pesquisa “Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. Portanto, esse artigo se estruturou embasando-se nas contribuições teóricas, apresentadas em estudos e textos já desenvolvidos por outros autores.

Os resultados são conclusões obtidas a partir da leitura e do fichamento dos textos, pesquisas e artigos de Mantoan, Louro, Bueno, estruturadas a partir das proposições que foram feitas nos textos originais.

4 A INCLUSÃO ESCOLAR NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO

A temática da inclusão se faz cada vez mais presente no cenário político social da atualidade. Neste sentido importa lembrar que:

A inclusão social é a convivência com o(s) outro(s) sem conceder-lhe rótulos, é ver a pessoa e não a sua deficiência. Quando esta convivência se estabelece, na escola, na família, no ambiente sociocultural, nas brincadeiras, no trabalho, a deficiência é percebida com naturalidade. A independência, a autonomia, o discernimento para a luta por garantir direitos, a solidariedade àqueles que não puderam vivenciar tais contextos familiares e sociais são algumas das consequências positivas de se desenvolver num ambiente não discriminativo. (GADELHA, CRESPO e RIBEIRO, 2011, p.25)

A escola, como instituição de relevante valor nesse contexto, também se estabelece nessa dinâmica, buscando se aquedar as determinações legais que a legitimam com ambiente de inclusão, e na mudança de mentalidades, construindo possibilidades de um ambiente onde não ocorra a discriminação.

Bueno (2008) faz considerações sobre a inclusão escolar, definindo-a e apontando-a como questão que permeia o cenário das políticas educacionais com grande veemência.

A inclusão escolar é hoje, o tema mais cadente das políticas educacionais em todo o mundo. Isso fica evidente quando constatamos a sua incidência nas grandes propostas políticas nacionais e internacionais, no discurso dos políticos de todos os matizes ideológicos, nas ações concretas dos governantes e de muitas escolas [...] (BUENO, 2008, p. 49 e 43)

Desse modo, a inclusão para a escola surge como uma resposta política a determinações legais e vem configurar-se, em sua trajetória histórica, como um novo desafio, ou, nas palavras de Bueno (2008), como uma nova missão.

Ao refletir sobre a inclusão escolar pode-se vislumbrar suas múltiplas facetas. Entretanto, esse texto irá se deter a inclusão escolar em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais determinadas por deficiências.

Deste modo, é necessário, considerar (ou reconsiderar) que a Declaração de Salamanca foi o documento que possibilitou a consolidação de avanços, rupturas de paradigmas e proporcionou a oportunidade de discutir sobre a insuficiência das crianças estarem apenas inseridas no ambiente escolar, propondo que é preciso se trabalhar pela inclusão e pela inclusão de qualidade.

[...] a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais veio substituir o velho paradigma da integração, ultrapassado e conservador, e teve como marco fundamental a Declaração de Salamanca, de 1994. (BUENO, 2008,p.44)

Deste a modo, a proposta de inclusão escolar é a oportunidade de um novo olhar, de uma nova perspectiva, de uma nova forma de se enxergar as práticas educacionais. Isto, possibilitando (almejando), que por meio delas, se oportunize que o direito de aprender seja proporcionado a todos os alunos (tendo eles deficiência ou não). Conforme propõe Bueno (2008)

[...] a inclusão escolar é uma proposta completamente inovadora, que nada tem a ver com o passado e que inaugura uma nova etapa na educação: a educação para todos, inclusive para os “portadores de necessidades educativas especiais”, na construção de sociedade inclusiva. (BUENO, 2009, p. 45-46)

Graças a movimentos políticos e sociais, pode-se afirmar que a educação inclusiva, na atualidade, é fato concreto (ou em concretização) no cotidiano da sala de aula. Contudo, conforme já foi considerado, não é satisfatório apenas incluir (no sentido de inserção escolar), é urgente e indispensável que essa inclusão seja de qualidade e se estabeleça de modo a considerar as diversidades sociais e necessidades educacionais que essas demandam.

Convém propor considerações a respeito das práticas educativas, ou propostas de intervenção pedagógica, refletindo sobre sua contribuição (ou não) para inclusão escolar de alunos com deficiência. A esse respeito, Mantoan (2004) alerta que a escola ao adotar práticas educativas não inclusivas, ou pouco inclusivas, está fadando ao fracasso, o processo de ensino.

As mudanças na estrutura do sistema educacional são urgentes e, no cenário dessas transformações, a educação inclusiva surge com resposta ou oportunidade de qualificação das práticas educativas. E práticas educativas que se instauram para favorecer a convivência, o aprendizado, o desenvolvimento das potencialidades intelectuais, sociais e humanas de todos e cada um de seus educandos.

Assim sendo, faz-se oportuno reconhecer que a escola (e suas práticas educativas) devem se realinhar para prover às necessidades educacionais básicas de todos os seus alunos, inclusive, daqueles com deficiência. Atendendo assim ao que determina a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p.4)

Esse repensar sobre a estrutura do esquema educacional, segundo Louro (1997), é uma mudança de paradigma essencial. Talvez seja uma mudança de paradigma em âmbito social. Isto porque, a escola (enquanto instituição social de ensino) é inapta para incluir. E essa inaptidão se estabelece porque ela foi originalmente concebida, estruturada e organizada para segregar.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos [...] concebida inicialmente

para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, "garantir" - e também produzir - as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p.57)

Assim sendo, foi a necessidade de adequação as transformações sociais que fez com a escola percebesse a necessidade de se adaptar, de se reestruturar. E essa adaptação promovida pela proposta de escola inclusiva (de práticas inclusivas) pauta-se na ruptura com a cultura da homogeneização e da padronização de sujeitos no rótulo da normalidade. Ela é um avanço, ou uma tentativa de avanço, que vem na perspectiva da diversidade, da valorização da singularidade e potencialidade que cada ser humano possui.

Apesar de ser urgente e necessário esse repensar sobre as práticas educativas, convém considerar que nem sempre a escola está preparada para se adequar a isso. E essa dificuldade, pode se justificar, porque ela também está inserida num contexto social, e num contexto social que se diz inclusiva, mas que é altamente excludente.

Nesse sentido, Bueno (2008), faz considerações, não pessimistas, mas em tom de alerta realista. Segundo ele “não se conseguirá alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva numa sociedade excludente [...]” (BUENO, 2008, p.56). Assim sendo, a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva pode minar, tendo em vista que a escola está inserida numa sociedade é altamente excludente, ainda que dissimule essa exclusão na roupagem do respeito a diversidade.

É preciso admitir que “Como sempre, a Escola exclui” (Bourdieu, 1998, p.224). E ao admitir essa realidade, abre-se uma nova perspectiva de análise e de indagações, que permite inclusive, juntamente com Bueno (2008) questionar “O que acontece nos dias de hoje, no contexto político da inclusão escolar e da perspectiva da educação e da sociedade inclusiva?” (BUENO, 2008, p.57). Será que as práticas educacionais inclusivas estão mesmo a serviço da inclusão? Será que o discurso da inclusão não é apenas mais uma estratégia de perpetuação de exclusão, de estigmatização?

Esses questionamentos podem ser entendidos, como um imperativo para professores (re)estruturarem suas práticas educativas e fomentem verdadeiramente o aprendizado, mas o aprendizado coerente. Coerência essa que se estabelece, quando ele

não é moldado (ou facilitado) apenas para satisfazer o desejo de inserção escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Isto, de acordo com Bueno (2008), seria um passo para o previsível insucesso do processo.

[...] cabe a nós, estudiosos da educação especial, envidarmos todos os esforços para que a “inclusão escolar” não se restrinja somente à população tradicionalmente atendidas por ela, pois se assim for, ela estará fadada ao insucesso, já que as diferentes expressões do fracasso escolar têm se abatido sobre os deserdados sociais, criados por políticas econômicas e sociais altamente injustas, sejam eles deficientes, com distúrbios ou “normais”. (BUENO, 2008, p. 60)

É necessário assim que na escola se estabeleçam estratégias de ensino alicerçadas, inclusive, em políticas públicas que ofereçam a todos a liberdade de ser, a liberdade de viver, a liberdade de conviver com os demais e com o conhecimento, dialogando com ele e legitimando-o. Isso porque a inclusão escolar é mais que um benefício, que uma concessão, é um direito assegurado por lei e, como tal, deve ser respeitado, garantindo.

Portanto, escola deve sim se reinventar para ser um espaço de diversidade, de respeito, de valorização humana. Isso porque se a exclusão da escola é dura e cruel, a exclusão na escola, ou a perversa manutenção dos “excluídos no interior” (Bourdieu, 1998, p.217), é ainda mais cruel, mais estigmatizante, mais desumana. E é neste sentido que a obra de Mantoan ganha maior representatividade.

4.1 Mantoan e a escola inclusiva

A inclusão pegou as escolas de calças curtas — isso é irrefutável. (MANTOAN, 2003, p.27)

Refletir sobre a inclusão escolar é admitir e compreender que ainda existem (e persistem) muitos entraves que dificultam ou que tornam essa realidade morosa ou quase inacessível. Mantoan (2008) evidencia que a ineficácia do sistema de ensino brasileiro, quando se propõe a incluir todos os alunos, se dá devido a sua essência excludente e antiga.

Os caminhos até então percorridos para que a escola brasileira acolha todos os alunos, indistintamente, tem se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregador e conversador, do nosso sistema de ensino em todos os seus níveis: básico e superior. (MANTOAN, 2008, p.29)

Apesar de se propor a garantir direito à educação (assegurado, por lei, a todos) o sistema educacional ainda colide com as barreiras de acesso que são intrínsecas a sua natureza normativa. Assim sendo, mesmo com o propósito de acolher a todos, esse acolhimento ainda se limita àqueles que pertencem a um padrão ou molde do que é social ou culturalmente adequado.

Isso também acontece porque a escola é uma instituição social e, como tal, busca responder aos anseios e expectativas que a sociedade considera apropriado. Agindo dessa forma, reproduz e ensina a reproduzir segregações, uma vez que indica, com suas atitudes cotidianas e corriqueiras, que ela é oportuna apenas para um determinado tipo de estudante, e evidencia quem não se enquadra ou não nesse perfil. Mantoan (2008) alerta que essa postura compromete o percurso de aprendizagem de muitos alunos.

É inegável que, por estarem pautadas para atender um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto educacional elitista, meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes. (MANTOAN, 2008, p.29)

O conceito de homogeneização ou de padronização do ensino, e porque não dizer das crianças que frequentam a escola, de acordo com Mantoan (2008), ainda é muito latente no cotidiano da sala de aula. A exclusão, no cotidiano da escola é nítida, porque as práticas educativas, ainda, buscam se estabelecer num padrão de igualdade e encaram as diferenças como fator que dificulta ou trava o processo de aprendizagem.

A errônea expectativa de padronização, tanto do perfil dos estudantes quanto das práticas de ensino, insiste em ecoar no cotidiano escolar trazendo consigo consequências de insucesso e injustiça.

A igualdade abstrata não propiciou a garantia de relações justas nas escolas. A igualdade de oportunidades, que tem sido a marca das políticas igualitárias e democráticas no âmbito educacional, também não consegue resolver o problema das diferenças nas escolas, pois elas escapam ao que essa proposta propõe, diante das desigualdades naturais e sociais. ((MANTOAN, 2008, p.32)

A resistência a mudança, segundo Mantoan (2008) pode-se ser claramente percebida na escola, que se esquiva de encarar os desafios e os embates que se consolidam quando há a tentativa de se romper com uma estrutura pedagógica já desgastada e

segregativa. “Falsas saídas têm permitido às escolas comuns e especiais escaparem pela tangente e se livrarem do enfrentamento necessário com a organização pedagógica excludente e ultrapassada que as sustenta.” (MANTOAN, 2008, p.31)

Convém considerar que existem esforços e iniciativas que tem se estabelecido para que a cultura da inclusão ou da não segregação se estabeleça na escola e se estenda não só às crianças com deficiência, mas a todas elas. “[...]nossos caminhos educacionais estão se abrindo, à custa de muito esforço e da perseverança de alguns diante da resistência de muitos.” (MANTOAN, 2008, p.30), e esta é trajetória que deve ser valorizada, por indicar possibilidades de mudanças no cenário escolar.

Desse modo, a intenção de se construir uma escola para todos, pensada e organizada para com qualidade e comprometimento, deve-se pautar no princípio da diferença, da diversidade e do respeito as implicações que elas determinam. “A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos. (MANTOAN, 2008, p.31).

Também nesta direção vale a pena refletir sobre como professores percebem a diferença, se de modo respeitoso da diversidade humana, ou de forma a hierarquizar e estereotipar. Pois pode-se argumentar que o professor ao denominar deficiência de uma ou outra forma pode estar criando “as possibilidades e os impedimentos para o trabalho realmente inclusivo. Ou seja, as marcas da diferença na deficiência trazem um estigma que escondemos por trás das práticas ditas inclusivas” (RIBEIRO e LEAL, 2016, p.175).

A diferença, entendida como diversidade de pessoas e saberes, precisa ser compreendida com oportunidade para a mudança do sistema educacional. Uma mudança que oportuniza a todos novas possibilidades de aprendizagem. Portanto, “Há, então, que se mudar o quadro referencial e definir o ensino especial e regular com base no reconhecimento e valorização das diferenças, demolindo os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora.” (MANTOAN, 2008, p.32).

Portanto, repensar e buscar reais estratégias para que a valorização das diferenças possa transparecer na escola, trazendo consigo significados e ressignificados de aprendizado, de respeito e de valorização humana é mais que uma necessidade é uma

responsabilidade, um dever, não só do sistema educacional, mas de todas as pessoas que assumiram o compromisso de trabalhar em prol da educação.

4.2 Os desafios da educação inclusiva e os estudantes com deficiência

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. (MANTOAN,2003, p.27)

O grande desafio da educação, na perspectiva da inclusão, é legitimar o convite ao aprendizado a todos os estudantes, garantindo que possam participar, com qualidade, do contexto de ensino-aprendizagem que a escola pode propiciar.

A inclusão escolar é uma prática que deve se consolidar no cotidiano da sala de aula, nas propostas educativas e nas ações pedagógicas que são oportunizadas na vivência da escola. Para que essa prática se instaure com sucesso, existe a iminente exigência de se repensar a estrutura educacional como um todo, revitalizando conceitos, estratégias, formas de ensinar e aprender, modos de se olhar para os estudantes, meios de compreendê-los e valorizá-los.

Mantoan (2004) reflete sobre a necessidade de se romper com sistemas e formas de ensinar sistemáticas, pouco concisas que burocratizam o processo de ensino-aprendizagem e subestimam o potencial de saber que a diversidade humana oferece. Pode-se refletir que esses processos acabam por não reconhecer a diversidade como potencial, como possibilidade de interação e aprendizado sobre a diferença e sobre a própria humanidade. Muitas vezes acabam também por não reconhecer tais diferenças como constituidoras de identidades.

A autora avalia que no esgotamento do modelo educacional, no vazio de ideias que acompanha a crise paradigmática, há um momento pertinente para transformações e sugere que a inclusão é uma forma de revitalizar esse processo e oferecer a todos oportunidades de participação com fluidez e qualidade das vivências de aprendizagem que escola oportuniza.

De fato, a escola atulhou-se do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma

ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que ela possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN, 2004, p.37)

Essa ruptura com a burocratização do processo de ensino é imprescindível porque a diversidade humana, seja ela revelada em aspectos étnicos, sociais, culturais ou humanos se faz cada vez mais presente no contexto histórico cultural em que se vive. Percebê-las pode parecer algo óbvio, sensorial. Contudo, exige-se uma reflexão atenta, minuciosa, uma vez que implica em reconhecer, em outra pessoa, significados, valores, costumes, diferenças, que constituem a essência do ser humano.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada, e é condição imprescindível para entender como aprendemos e como entendemos o mundo e a nós mesmos. (MANTOAN, 2004, p.37)

O prisma da diversidade humana pode ser vislumbrado sobre vários aspectos, mas a compreensão, a valorização do potencial de cada pessoa e o entendimento das inúmeras possibilidades de aprendizagem que convívio com o outro, com a gama de saberes que as relações interpessoais podem oferecer, inclusive no contexto escolar, são os aspectos que mais dizem respeito a temática dessa pesquisa.

As ações educativas inclusivas que propomos têm como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. (MANTOAN, 2004, p.39)

As pessoas são únicas, são fontes de saber e de experiência subjetiva. Pode parecer paradoxal, mas essa singularidade é que o constitui a própria condição humana. Cada pessoa é uma oportunidade real de aprendizado, porque carrega em si estratégias e oportunidades próprias de dialogar com o conhecimento e, portanto, de produzir novos conhecimentos sobre si e sobre o mundo por apresentar novas possibilidades interpretativas. Essa singularidade de interação com os saberes é inerente ao ser humano, a todo ser humano, tendo ele ou não deficiência. Entretanto no caso das diferenças apresentada pelas pessoas com deficiência, a escola, os professores passam a enfrentar o desafio de desenvolver novos conhecimentos pedagógicos, mais dialógicos, que proponham formas novas de comunicação, interação e convívio. Neste caminho, se

produz conhecimento e se passa a aprender mais sobre o humano e sobre os processos da educação.

A deficiência não é algo que define uma pessoa, é uma de suas características. Pessoas com deficiência precisam ser vistas como sujeitos com habilidades, saberes, formas de expressão muito particulares, capazes de compreender a realidade que estão inseridos sob uma ótica sensivelmente atípica. São, portanto, aptos para aprender, desde que sejam devidamente estimulados e participem de ações educativas que reconheçam seus particulares, seus potenciais subjetivos, inclusive quando estão momentos de aprendizagem coletiva.

A diversidade é uma marca de todo ser humano, mas o inconsciente coletivo, a todo momento confere o título de diferente a pessoa com deficiência. Desse modo, uma família ao matricular seu filho com deficiência na escola, já internalizou a visão que sua criança é uma criança diferente, por isso busca uma escola que possibilite a seu filho situações de equidade.

Quando uma criança com deficiência adentra a escola e é matriculada numa classe comum, essa matrícula já traz em si muitas marcas: medos, incertezas, anseios, desafios, inquietações. Todos esses sentimentos são documentados na assinatura da ficha de matrícula. Os pais, ao confiar seus filhos com deficiência a uma instituição de ensino, confiam também o desejo de que essa criança seja acolhida, respeitada e valorizada como as demais crianças.

Embora seja lamentável que esse pedido dos pais tenha que ocorrer, muitas vezes ainda é ignorado pelo sistema de ensino que, na tentativa de ser eficiente e garantir o sucesso do aprendizado da maioria segrega aqueles socialmente considerados inaptos (ou menos aptos) e lhe insere a consciência de que existe um abismo entre eles e bom desempenho escolar. “Essa falta de clareza faz retroceder todas as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos com deficiência” (Mantoan, 2003, p.21).

A segregação é cruel por gerar nas crianças a compressão de que pertencem a uma minoria pré-disposta a fracassar. A minoria que não consegue aprender, que é rotulada como diferente, e nesta construção de sentido, diferente não significa algo da potência

para a construção do conhecimento, e sim como algo que incomoda. Assim essas pessoas por mais que teimem em existir no espaço escolar, sua presença é ocultada e indesejada.

Usar o conceito de igualdade de forma a negar a diversidades dos sujeitos é uma tarefa que a escola tem cumprido com louvor. Embora esteja revestida num discurso de acolhimento e inclusão, ela consegue (ainda hoje), legitimar o estigma do fracasso, inculcando, também no estudante com deficiência, o entendimento que seu modo de ser é responsável por seu insucesso escolar. Conforme alerta Mantoan (2004)

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre está em jogo a ignorância do aluno, diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. (MANTOAN, 2004, p.38)

Desse modo, a criança adquire a falsa consciência de que não é capaz de aprender porque sua deficiência obstrui, impede o processo de aprendizagem. Entretanto, essa inaptidão para o aprendizado pauta-se na incapacidade do sistema escolar em reconhecer que as ações pedagógicas devem ser pensadas, estruturadas e articuladas levando em consideração que a diversidade de sujeitos requer diversidades de intervenções e de mediações em situações de ensino.

Abrir-se para novas articulações, rever suas práticas e tomar para si a responsabilidade de oportunizar o acesso a uma educação de qualidade para todos é um grande desafio para a escola. “Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos”. (MANTOAN, 2004, p.38)

Na verdade, é mais que um desafio é uma oportunidade de resignificar suas ações e intenções, oportunizando muito mais que conteúdos sistematizados em exercícios estéreis, pouco contextualizados. Consiste numa oportunidade de ampliar sua capacidade de transformação social e resgatar sua principal finalidade: ensinar para a melhoria da qualidade de vida e das relações humanas.

Evidente, que para tanto é preciso investir em formação para os professores, que precisam se munir de conhecimentos – já produzidos – para a partir deles criar novos junto a seus estudantes. Não é raro em conversas e entrevistas com professores vemos o quanto eles “clamam” por ajuda, nesta direção.

A escola que ensinou, precisa abrir-se para aprender. E, para que esse aprendizado aconteça é necessário que haja um repensar sobre os reais valores que essa instituição pretende perpetuar. Mantoan (2004) a esse respeito considera que “A escola se sente ameaçada por tudo o que ela criou para se proteger da vida que existe para além de seus muros e paredes. Novos saberes, novos alunos, outras maneiras de resolver problemas, de avaliar a aprendizagem [...]” (MANTOAN, 2004, p.37)

A cultura de paz, a valorização da pessoa humana, a consciência ambiental, a ética, são conhecimentos que não podem ser esquecidos ou menos valorizados. Estabelecer relação entre valores como esses (essenciais à vivência humana) e os conhecimentos que a escola se propõe a ensinar, pode ser uma alternativa que alcance mais do que o intuito de ensinar e que oportunize o aprender. “Se pretendemos que a escola seja inclusiva, é urgente redefinirem-se seus planos para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. ” (MANTOAN, 2004, p.40)

O acesso ao aprendizado, às oportunidades de desenvolvimento intelectual social e humano devem ser pilares que sustentam a base do sistema de ensino. E é desse aprendizado repleto de significados e oportuno a todos que as crianças, – todas as crianças, inclusive as com deficiência – precisam.

Sobre essas questões, percebe-se que a consciência de que determinados sistemas e métodos de ensino desgastados pelo tempo, não são mais adequados a realidade que as crianças da atualidade precisam. Ao refletir sobre isso pode-se lançar a escola num terreno de instabilidade e de desconforto. A segurança cristalizada em práticas de ensino que “sempre deram certo”, ou que eram consideradas assertivas, ao ser abalada pela necessidade de mudança e de busca a outras formas de ensinar, geram dor e dessabor ao sistema de ensino.

A escola, que sempre ensinou que o correto é acertar, se vê obrigada a reconhecer que também erra.

4.3 Caminhos da inclusão escolar

“Estamos todos no mesmo barco e temos de assumir o comando e escolher a rota que mais diretamente nos

pode levar ao que pretendemos. ” (MANTOAN, 2003, p.9).

Incluir estudantes com deficiência exige um desdobramento da estrutura escolar que vai além da efetuação da matrícula numa classe comum na escola regular. Incluir, nesse aspecto, determina a necessidade de se reestruturar o espaço educativo, planejando-o e organizando-o de forma a garantir possibilidades de acolhimento, de bem-estar, de compreensão e de aprendizagem significativas a todos os alunos.

Deste modo, incluir significa (necessariamente) estabelecer mudanças. Mudanças pensadas com atenção, carinho e concretude. Ou seja, adequações que oportunizem o acesso à aprendizagem, mas que sejam possíveis de serem realizadas.

Projetos mirabolantes, inovações surreais, não são mudanças adequadas a realidade da inclusão escolar. É preciso que se pense em alterações possíveis de serem feitas no dia a dia da sala de aula, com estratégias que possam ser aplicadas com facilidade e atendam a urgência da necessidade e da acessibilidade do aprendizado.

É preciso, de acordo com Mantoan (2003), se pensar com simplicidade nos recursos que já se tem no cotidiano da sala de aula, dando-lhes funcionalidade específica para melhor atender também ao aluno com deficiência. Propondo, desse modo adequações reais, funcionais, que não exijam grandes desdobramentos e por serem mais acessíveis são aceitas com maior facilidade

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. (MANTOAN, 2003, p.31).

O desafio é promover a ruptura com um sistema educacional que transmite conteúdos e avalia, quantitativamente, o que cada estudante conseguiu (passivamente) reter, para se promover um ambiente escolar que seja humano o suficiente para assegurar o todos o direito de conviver, de interagir com o saber e de aprender dentro das suas particularidades e habilidades.

A esse respeito, Mantoan (2003), adverte “Do meu ponto de vista, é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado. A escola aberta a todos é o grande

alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos” (MANTOAN, 2003, p.32). A escola aberta a todos é o ensejo para que sejam escritas de novas páginas na história do sistema educacional. Páginas que contemplem o diálogo, a compreensão, a valorização humana e ensino significativo e de qualidade. Assim sendo, é preciso que se olhe para a escola real e vislumbre a oportunidade de, por meio dela, tornar a aprendizagem verdadeira para todos indistintamente.

Mantoan (2003) considera que para a mudança no sistema de ensino se estabelecer é necessária a adoção de algumas frentes de trabalho. Elencando, inclusive, quatro delas: recriação do modelo educacional, reorganização pedagógica das escolas, garantia de tempo e liberdade para o aprendizado e formação e valorização do professor.

A autora explica que a recriação do modelo educacional consiste na reorganização do ensino a partir da consciência de que o acesso ao conhecimento é um bem e direito de todos e deve ser oferecido sem discriminações e sem ensino especializado. “Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.” (MANTOAN, 2003, p.35)

Em relação a reorganização pedagógica das escolas, Mantoan (2003) salienta a importância de serem instaurados na escola de ambientes ensino favoráveis ao exercício da solidariedade, da criatividade, da cooperação e do pensamento crítico, nos quais a equipe escolar e os estudantes possam exercer sua cidadania.

Para que a garantia de tempo e liberdade para o aprendizado, ela sugere que reprovar a repetência é um fator determinante para que se valorize as formas de aprender, o ritmo, o modo de aprendizagem de cada estudante. Portanto, “para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio.” (MANTOAN, 2003, p 39)

Sobre a formação e valorização do professor, a autora afirma que o docente precisa ser visto e se ver como uma referência para o aluno, alguém capaz de fomentar a curiosidade pela descoberta e oportunizar o acesso ao saber, bem como, capacitar-se para

ter condições e vontade para ensinar a todos os alunos, sem exercer juízo de valores ou discriminação.

Essas frentes, apontadas por ela, são formas de se pensar e repensar como ou porque a escola falha ou tem sucesso sua tarefa fundamental: ensinar a todos. “Se um aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o problema precisa ser analisado com relação ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma” (MANTOAN, 2003, p. 46).

Analisar e reestruturar o modo de ensino, pautando-se no entendimento que a inclusão (também de estudantes com deficiência) não é apenas uma realidade, mas uma oportunidade de melhoria do processo educacional, seja, talvez, um dos caminhos para se instaurar uma realidade escolar menos excludente, mais solidária, mais humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, sugere-se que a inclusão escolar, sobretudo de alunos com deficiência, não se pode resumir a um discurso. A literatura aponta caminhos para que se assuma um compromisso pedagógico prático, no qual a valorização humana de cada estudante e sua capacidade de aprender sejam constantemente garantidas. Isso deve ser prática no cotidiano escolar.

Por isso, destaca-se a importância dos docentes lançarem olhares sobre a escola real, avaliando (de modo crítico e inovador) a estruturação desse sistema, repensando-o e adequando-o de modo a garantir o estabelecimento de práticas de ensino não excludentes, livre de preconceitos e de recriminações, mas compreensivas e abertas ao modo de ser e de aprender de todos e cada um. Sabemos que são muitas as responsabilidades que recaem sobre o professor, e não pensamos que cabe apenas a ele a responsabilidade desta mudança. Mas ele deve ocorrer para que possamos conquistar uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos no interior. In NOGUEIRA.M.A.; CATANIA. (org.) *Escritos da Educação*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Brasília: CAPES, 2008.

GADELHA, Crismeire.; CRESPO, Ana Maria M.; e RIBEIRO, Suzana L. S. **Memórias da Luta: Protagonistas do AIPD**. In: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Memorial da Inclusão. (Org.). 30 Anos do AIPD. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 19-85.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

_____. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista CEJ Conselho da Justiça Federal*. Brasília, v.8, n.2, p 36-44, set.2004.

_____. (Org.). *O desafio das diferenças na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RIBEIRO, S. L. S., LEAL, G. K. Educação inclusiva e história oral: narrativas de professores sobre a deficiência na infância. **Revista Observatório**, vol. 2, nº 1, Janeiro-Abril 2016, p p.161-177.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: JOMTIEN 1990*. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.